



PARECER PRÉVIO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10900/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** José Maria da Silva Maia (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4177, Eurismar Matos da Silva - 9221, Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM n.º 10.416, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM n.º 8243, Fabricia Taliele Cardoso dos Santos - OAB/AM n.º 8446 e Patricia Gomes de Abreu - 4447
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1626/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do **Sr. José Maria da Silva Maia** na Prefeitura Municipal de Borba no exercício financeiro de 2014, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º, da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I, e art. 29 da Lei n.º 2423/96.
- 10.2. **Recomendar** à Câmara Municipal de Borba em cumprimento ao estabelecido no §5º do art. 127 da Constituição Estadual, que considere o responsável, o Sr. José Maria da Silva Maia, em alcance no valor de R\$ 8.079.196,80 (oito milhões setenta e nove mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos), nos termos do item 3 do Relatório/Voto.



PARECER PRÉVIO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 23 de Maio de 2017
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10900/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** José Maria da Silva Maia (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1626/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Maria da Silva Maia**, responsável pela Prefeitura Municipal de Borba, no curso do exercício 2014, nos termos do art. 23, III, "b" e "c", da Lei nº 2423/96 c/c art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades apontadas nas restrições 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 6 e 16;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. José Maria da Silva Maia** no valor de **R\$ 8.079.196,80** (oito milhões setenta e nove mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba pelo dano causado ao erário apontado na restrição 6, mencionada abaixo. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias.

"Restrição 6": Ausência de comprovação da realização das despesas pelo qual os Empenhos de nº. 560, 684, 686 e 698 consumiram valores do erário Municipal para atender despesas com as Folhas de Pagamento, sendo os prestadores de serviços, obrigados a pagar o



ACÓRDÃO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

ISS quando na verdade são Mensalistas e a Prefeitura deveria descontar o INSS e recolher ao fisco através das respectivas Guias da Previdência Social- GPS.

9.3. Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito mil e vinte e cinco centavos) nos termos do art. 54, II, Lei nº 2423/96 (LO-TCE) c/c art. 308, VI, do R/TCE relativas às restrições 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 6 e 16 não sanadas, mencionadas abaixo, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias, na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

2.2) meta de arrecadação consolidada não ter sido atingida ao final do 6º bimestre, configurando-se déficit na arrecadação;

2.3) publicação com atraso do RGF do 1º semestre, ofendendo o art.55, § 2º da LRF e art 5º, I, Lei 10.028/2000 c/c art 32, II, "h" Lei Estadual 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE-AM) (alínea h acrescentada pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 120, de 13 de junho de 2013);

2.4) não envio dos dados do RGF do 2º semestre, ofendendo o art.55, § 2º da LRF e art 5º, I, Lei 10.028/2000 c/c art 32, II, "h" Lei Estadual 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE-AM) (alínea h acrescentada pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 120, de 13 de junho de 2013);

2.5) desatualização do sítio do Portal da Transparência para a Prefeitura de Borba contendo apenas o RREO do 1º ao 4º bimestres e RGF do 1º semestre, ferindo o art.48 da Lei Complementar 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/09;

6) Ausência de comprovação da realização das despesas pelo qual os Empenhos de nº. 560, 684, 686 e 698 consumiram valores do erário Municipal para atender despesas com as Folhas de pagamento, sendo os prestadores de serviços, obrigados a pagar o ISS quando na verdade são Mensalistas e a Prefeitura deveria descontar o INSS e recolher ao fisco através das respectivas Guias da Previdência Social- GPS;



ACÓRDÃO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

16) Inobservância ao art. 37, II, da CF/88 , com acúmulo de cargos na Prefeitura.

9.4. Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia no valor de R\$ 1.096,03 (um mil noventa e seis reais e três centavos) nos termos do art. 308, II, do RI/TCE relativa à restrição 2.1 não sanada, transcrita abaixo, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias, na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

2.1) atraso no envio dos dados do RREO do 6º bimestre, ofendendo o art.4, III, Resolução 15/2013 TCE-AM (Resolução do GEFIS) com redação dada pela Resolução 24/2013;

9.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Borba que:

a) Observe e cumpra o estabelecido na Resolução 15/2013 TCE-AM (Resolução do GEFIS) com redação dada pela Resolução 24/2013 e art. 55, § 2º da LRF e art 5º, I, Lei 10.028/2000 c/c art 32, II, "h" Lei Estadual 2.423/1996 (LO/TCE-AM) (alínea h acrescentada pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 120, de 13 de junho de 2013) (item 2.1 da notificação);

b) Regularize as contas sem movimentos, para que fatos desta natureza não tornem a acontecer sob pena de reincidência neste tipo infração a norma legal (item 4 da notificação);

c) Verifique se ainda persiste o questionamento levantado, bem como se foi realizado o Concurso Publico para o Município de Borba, inclusive para os cargos de médico, para que impropriedade desta natureza não tornem a ocorrer sob pena de reincidência neste tipo infração a norma legal (itens 7 e 11 da notificação);

d) Observe e cumpra o exposto no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8666/93, para que restrição desta natureza não tornem a ocorrer sob pena de reincidência neste tipo infração a norma legal (item 13 da notificação);



ACÓRDÃO Nº 30/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

e) Observe e cumpra o estabelecido nos artigos 37, II da CF/88, para que ocorrência desta natureza não tornem a incidir sob pena de reincidência neste tipo infração, ficando o atual gestor, ou outro que venha a assumir a Prefeitura Municipal de Borba, sujeitos às sanções previstas no art. 54, inciso VIII, da Lei nº 2423/96 (item 16 da notificação).

9.6. Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que por intermédio da próxima Comissão de Inspeção que inspecionará o Município de Borba verifique se a Prefeitura já transferiu os aposentados e pensionistas para o Borbaprev, para que fatos dessa natureza não tornem a acontecer sob pena de reincidência neste tipo infração a norma legal (itens 8 e 16 da notificação).

9.7. Determinar ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art.161 da Resolução 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de Maio de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral